



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE/ES

**MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GOVERNO – MUNICÍPIO**

RELOCI – CONSOLIDADO

(ITEM 3.2.1, ANEXO III DA IN TCE/ES 68/2020)

EXERCÍCIO 2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE/ES

Emitente: Unidade Central do Controle Interno

Entidade: Prefeitura Municipal de Muniz Freire

Gestor Responsável: Gesi Antônio da Silva Júnior

Ano: 2025

1. RELATÓRIO

1.1. Introdução

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF essa Unidade Central de Controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Conceitua-se como Contas de Chefe de Poder Executivo o conjunto de demonstrativos, documentos e informações de natureza contábil, fiscal, patrimonial e operacional, expressando os resultados da atuação governamental, submetido ao TCE-ES para avaliação do Chefe do Executivo e emissão de parecer prévio com vistas a auxiliar p julgamento levado a efeito pelo Poder Legislativo.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

CO D.	Objeto/Ponto de controle	Informações Analisadas	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostragem Seletiva
1.1.3	Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo.	Cadastro De Movimentação Financeira, emitido no sistema contábil	CRFB/88, art. 168.	Avaliar se os Recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, Foram	Movimento Financeiro – Contabilidade – Total R\$ 5.104.681,90	100%



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE/ES

				transferidos pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos		
1.2.13	Equilíbrio Financeiro e Atuarial	Lei nº 924/2020 Balanço Orçamentário Balanço Financeiro	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares	Balanço Orçamentário Balanço Financeiro	100% ATENDIDO REGULAR
1.4.1	Educação aplicação mínima	RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	CRFB/88, art. 212, Lei nº 9.394/1996	Avaliar se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de	Atingiu o percentual de 29,065%	100%



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE/ES

				transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, considerando os recursos aplicados a totalidade de despesas liquidadas compatíveis à função de governo, conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB.		
1.4.2	Educação – remuneração dos profissionais do magistério	RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	CRFB/88, art. 77, Inciso III, Do ADCT c/c LC 141/2012, arts. 6º e 7º.	Avaliar se foram destinados, no mínimo, 70% dos recursos do FUNDEB ao Pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.	R\$ 19.929.805,66	100%
1.4.4	Saúde aplicação mínima	RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	CRFB/88, art. 77, Inciso III, Do ADCT c/c LC 141/2012,	Avaliar se foram aplicados, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos	R\$ 14.749.978,55 19,74 % das Despesas liquidadas	100%



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE/ES

			arts. 6º e 7º.	equivalentes a 12% e 15%, respectivamente, pelo estado e pelos municípios, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de cálculo conforme previsto na CRFB/88 e na LC 141/2012		
1.4.7	Despesas com pessoal	RGF 2º Semestre Demonstrativo da Despesa com Pessoal /TCEES	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF Foram observados.	R\$50.084.446,03 39,23 - Dentro dos limites.	100%
1.4.14	Transferências para o Poder Legislativo Municipal	Cadastro De Movimentação Financeira, emitido no sistema contábil	CRFB/88, ART. 29-A, § 2º.	Avaliar se os repasses ao Poder Legislativo Municipal obedeceram os dispositivos contidos no § 2º	Movimento Financeiro – Contabilidade – Total R\$ 5.104.681,90	100%
1.5.1	Documentos integrantes	Documentação encaminhada	IN Regulamento	Avaliar de os Documentos integrantes	Em Conformidade	100%



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE/ES

	da PCA - compatibilidade com o normativo do TCE	da pelas UG's.	entador a da remessa de prestação de contas	da PCA estão em Conformidade e com o requerido no anexo correspondente da IN reguladora da remessa de prestação de contas.	compatibilidade com a IN 68 do TCEES.	
2.1.1	LDO - compatibilidade com Plano Plurianual.	Lei Nº 2.842/2024	CRFB/88, art. 165, § 1º	Avaliar se as diretrizes, objetivos e metas estabelecidas na LDO estiveram compatíveis com o PPA aprovado para o exercício.	Art. 2º da Lei 2.842/2024	100%
2.1.2	LDO limitação de empenho.	Lei Nº 2.842/2024	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II do artigo 4º, no art. 9º e no inciso II do §	Art. 22 da Lei 2.842/2024	100%



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE/ES

				1o do art. 31, todos da LRF.		
2.1.5	LDO – Anexo de Metas Fiscais – abrangência	Lei Nº 2.842/2024	LC 101/2000, art. 4º, §§ 1º e 2º	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Metas Fiscais estabelecendo metas anuais relativas a receitas e despesas, resultados nominal e primário, montante da dívida pública, dentre outras informações, na forma estabelecida pela LRF	Art. 3º da Lei 2.842/2025 – Anexo II	100%

Ressalta-se o disposto no art. 4º, inciso II, da Instrução Normativa TC nº 68/2020, segundo o qual a Prestação de Contas Anual (PCA) consiste em um conjunto de demonstrativos contábeis oriundos da Prestação de Contas Mensal (PCM), dos relatórios de gestão, bem como de outras peças e documentos necessários à adequada prestação de contas dos responsáveis.

No que se refere à Controladoria-Geral do Município de Muniz Freire, registra-se que, embora a responsável possua formação acadêmica em Direito, a análise da Prestação de Contas, especialmente sob o enfoque contábil, demanda conhecimento técnico específico na área de Ciências Contábeis, o que contribui para uma avaliação mais adequada e consistente dos demonstrativos apresentados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE/ES

1.2. Constatações e proposições

No presente tópico, denominado “Constatações e Proposições), buscamos oferecer uma análise abrangente dos resultados encontrados e das propostas relacionadas aos pontos de controle selecionados para avaliação, conforme especificado na Tabela Referencial 1 da IN nº 68/2020 do TCE-ES. No entanto, é importante ressaltar que, dentre os pontos avaliados, não identificamos irregularidades.

O objetivo é garantir uma administração pública isenta de vícios e atenta ao cumprimento de suas obrigações legais assumidas por meio da PPA, LDO e LOA, assegurando, assim, a efetiva aplicação dos recursos, conforme previsão orçamentária, bem como, garantir eficiência também nos serviços públicos realizados.

1.3 Da Gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal

Ao analisarmos a gestão orçamentária, patrimonial e fiscal do município de Muniz Freire/ES no exercício 2025, verificou-se que foram cumpridos os limites constitucionais na aplicação de recursos vinculados e manteve-se a execução orçamentária dentro dos controles necessários e legais.

Para elaboração do presente relatório, foram extraídas informações constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO de 2025; na Lei Orçamentária Anual – LOA de 2025; nas Demonstrações Contábeis do Município além dos relatórios exigidos pela Lei Complementar 101/2000 - LRF (Relatório Resumido de Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal), também referentes ao exercício financeiro de 2025.

O valor total da previsão inicial da receita do Município de Muniz Freire foi da ordem de R\$ 112.000.000,00, sendo que no decorrer do exercício de 2025 o total atingido foi de R\$ 147.950.425,95 (cento e quarenta e sete milhões, novecentos e cinquenta mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e cinco centavos).

Em contrapartida, o Município atingiu, um total de despesas empenhadas na casa dos R\$ 137.229.171,80.

O que se verifica ao final é a atuação da administração pública na adoção de medidas visando a eficiência na aplicação dos recursos públicos, no cumprimento da legislação e na qualidade dos serviços prestados à população.

Dessa forma, conclui-se que a gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal do município de Muniz Freire, no exercício de 2025, obedeceu aos princípios da eficácia, eficiência e economicidade.

1.3.1 Da movimentação patrimonial - imobilizado

O patrimônio consolidado do exercício de 2025 apresentou um saldo de R\$ 34.545.135,31 decorrente da aquisição de bens móveis, sendo que a conta de bens imóveis, apresentou um saldo de R\$ 185.365.997,11 decorrente da realização de obras de infraestrutura, resultando em um total imobilizado sem depreciação de R\$ 219.911.132,42. A conta de depreciação acumulada evidenciou um saldo de 61.874.732,61 referente a depreciação de bens móveis e imóveis.

1.3.2 Do patrimônio líquido



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE/ES

No que tange ao patrimônio líquido do Município podemos notar uma variação positiva em relação ao exercício anterior, elevando o total de R\$ 174.445.118,89 para R\$ 188.895.646,56, o que indica que o município aumentou a capacidade para investir em serviços e infraestrutura para a população.

1.3.2 Ativos não circulantes – dívida ativa

No que tange aos ativos não circulantes do Município, observa-se que houve também uma variação positiva em relação ao exercício anterior, reduzindo o total de R\$ 163.883.569,00 para R\$ 168.924.745,61 e especialmente nota-se uma elevação da dívida ativa tributária municipal que passou de R\$ 4.584.097,13 para R\$ 7.272.471,88, haja vista acordo de parcelamentos ajustados com contribuintes, bem como a extinção a execução de dívidas tributárias que não ultrapassavam o valor de R\$ 10.000,00. Em relação à dívida ativa não tributária, nota-se dos demonstrativos contábeis integrantes da PCA de 2025, uma elevação do saldo de R\$ 868.609,03 para 1.649.353,01.

1.4. Transferências e Recursos ao Poder Legislativo

De acordo com a Base Normativa — Art. 168 da Constituição Federal, conforme redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004 — a Unidade Central de Controle Interno realizou a fiscalização das transferências de recursos destinadas ao Legislativo Municipal, solicitando à Tesouraria os comprovantes que comprovem a tempestividade dessas transferências.

DATA LIMITE	DATA DA TRANSFERÊNCIA
20/01/2025	20/01/2025
20/02/2025	19/02/2025
20/03/2025	17/03/2025
20/04/2025	15/04/2025
20/05/2025	16/05/2025
20/06/2025	16/06/2025
20/07/2025	15/07/2025
20/08/2025	15/08/2025
20/09/2025	15/09/2025
20/10/2025	14/10/2025
20/11/2025	13/11/2025
20/12/2025	12/12/2025

1.5. Da Gestão Previdenciária

Quanto ao questionamento que se refere à gestão da Previdência, deixo de apresentar manifestação, pois o município de Muniz Freire/ES é optante pelo regime geral de previdência.

2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. GESI ANTONIO DA SILVA JUNIOR, Prefeito do Município de Muniz Freire/ES, relativa ao exercício de 2025.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE/ES

Considerando que a Controladora-Geral do Município de Muniz Freire foi nomeada pelo Decreto nº 10.940/2025 e que, apesar das dificuldades enfrentadas, a Controladoria, composta exclusivamente por esta servidora, não identificou, até o momento, nenhum ato que indique inconformidade ou irregularidade na administração pública durante o exercício analisado.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controles avaliados da Tabela Referencial 1 da Instrução Normativa TC nº 68/2020, a referida prestação de contas se encontra REGULAR.

Pede-se deferimento.

Muniz Freire, ES, 19 de março de 2026

RENATA FERREIRA SOARES DA SILVA

Controladora Geral

Decreto Municipal n.º 10.940/2025